

VISÃO DO CORREIO

Resposta à altura ao crime organizado

Considerado um dos maiores especialistas em facções criminosas no país, o ex-delegado-geral de São Paulo Ruy Ferraz Fontes foi assassinado a tiros, na última segunda-feira, em uma rua movimentada de Praia Grande, em horário de pico. Uma operação de alta complexidade tática e, provavelmente, meticulosamente arquitetada. As duas principais linhas de investigação indicam a participação do crime organizado na execução cometida sem qualquer tipo de pudor. Se confirmada, trata-se de uma demonstração de forças que merece uma resposta à altura do poder público, cuja capacidade de combater esses grupos criminosos tem sido cada vez mais questionada.

Semanas antes de ser assassinado, em entrevista ao grupo Globo, Ferraz Fontes queixou-se da falta de proteção depois que se aposentou da Polícia Civil. “Eu vivo sozinho na Praia Grande, que é no meio deles. Pra mim, é muito difícil. Se eu fosse um policial da ativa, eu tava pouco me importando, teria estrutura para me defender, hoje não tenho estrutura nenhuma”, desabafou. A região é conhecida como um dos redutos do Primeiro Comando da Capital (PCC), alvo de investigações conduzidas pelo ex-delegado, jurado de morte em razão disso. Foi ele, por exemplo, o responsável pelo indiciamento da cúpula da organização criminosa em 2006.

A outra frente apura se a execução tem ligação com o último trabalho de Ferraz Fontes, o de secretário municipal de Administração de Praia Grande. Ele cuidava de temas críticos na gestão da cidade litorânea, como fiscalizações e licitações, e sua atuação estaria desagradando criminosos infiltrados no setor imobiliário, de interesse do PCC. Certo é que os quase 30 tiros de fuzil deferidos contra o ex-policial escancararam, no mínimo, o desprezo dos grupos criminosos pelo Estado de Direito.

A afronta tem dimensões cada vez mais críticas. Basta lembrar da também execução,

em novembro, do delator do PCC Vinicius Grizbach, em plena luz do dia, no Aeroporto Internacional de São Paulo, o maior da América Latina. Ou do mês inteiro de ataques a ônibus e prédios de Fortaleza e região metropolitana, em 2019, coordenados por facções irritadas com medidas para combater o crime dentro dos presídios. Ou, ainda, do avolumado conjunto de pesquisas e levantamentos que tem alertado para a disseminação desses grupos criminosos pelo país, sobretudo em regiões remotas e fronteiriças.

Estudo divulgado, mês passado, pela Cambridge University Press mostra que 26% da população brasileira vive sob regras impostas por facções — o maior índice dos 18 países da América Latina analisados. Segundo os autores, de universidades estadunidenses, a realidade deve ser ainda pior em toda a região, considerando a dificuldade na coleta de dados em áreas dominadas pela chamada governança criminal.

Ao comentar o assassinato de Ferraz Fontes, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, traçou panorama semelhante. A execução “brutal” do ex-delegado, segundo ele, “mostra o nível de violência que, infelizmente, graça aqui no Brasil e também em outros países”. Mas é preciso fazer o dever de casa. Há um clamor por isso — a falta de segurança pública figura entre as principais preocupações dos brasileiros quando questionados sobre as mazelas que assolam o país.

Deflagrada no fim de agosto, a Operação Carbono Oculto evidenciou que o enfrentamento da questão é complexo — as facções diversificaram mercados, firmando um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro com operações além-mar. Mas, também, está claro que não há outra resposta àqueles que tentam intimidar o poder público senão aquela baseada em inteligência, articulação de órgãos estaduais e federais, capacitação contínua dos profissionais envolvidos e a proteção permanente da sua integridade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Blindagem 1

Como bem disse o general Charles De Gaulle, de fato, “o Brasil não é um país sério”. Isso se constata ao vermos o nosso parlamento aprovando uma lei que protege seus pares contra possíveis malfeitos perpetrados por eles, isentando-os de serem processados e julgados por nossa Justiça. Consideraram-se cidadãos acima de qualquer lei, numa falta de vergonha e mau-caratismo sem tamanho e sem nenhum respeito para com o eleitor, que, em última análise, é o dono do mandato que eles exercem aqui em Brasília. Que tristeza!

» **Paulo Molina Prates**

Asa Norte

Blindagem 2

Deputados federais chegaram ao fundo do poço em matéria de agressão ao bom senso. Um monumento recheado de privilégios imundos e nada republicanos. Aprovaram a excrecência chamada PEC da Blindagem. O parlamento legislativo já é tratado, com todo merecimento, pela população de “PEC da Bandidagem”. Pelo texto, os parlamentares não poderão mais ser denunciados nem punidos pela Justiça, por qualquer tipo de crime, por mais escabroso que seja, sem o consentimento da Câmara Federal. Mais uma vez, pautas de interesse da coletividade, que deveriam ser discutidas com rigorosa prioridade, são esquecidas em detrimento de pleitos pessoais que apequenam e envergonham mais ainda o Legislativo junto à opinião pública.

» **Vicente Limongi Neto**

Asa Sul

Reforma Administrativa

Em editorial do último domingo (14/09), o **Correio Braziliense** citou a reforma da administração pública: “Uma efetiva reforma administrativa só ocorrerá quando os Poderes constituídos estabelecerem um pacto para abolir práticas e privilégios que tornam o atual modelo insustentável”, diz o texto. Pois, então, cortaríamos na própria carne? O Judiciário, com seus altos salários, sobretudo penduricalhos e bonificações; o Legislativo, que recentemente, como citado no texto do jornal, “aprovou o aumento do número de deputados,

passando de 513 para 531 os representantes eleitos. Como ampliar o contingente de parlamentares, assessores, gabinetes e tudo o mais...”; o Executivo, com seus gastos acima das receitas provenientes de uma tabela de arrecadação desequilibrada, com aparelhamento político em toda a sua burocracia gerando também ineficiência estatal; o contingente militar — Exército, Marinha e Aeronáutica —, que muitos consideram como o quarto poder, com todos seus salários de alta patente, aposentadorias especiais e perpetuação de privilégios; cortariam na própria carne? Enfatizou o editorial: “É preciso que se entenda, de uma vez por todas, que as mudanças na máquina pública devem ocorrer para fortalecer o Estado, e não o contracheque de poucos”. Outro desafio: conjugar corte de despesas com modernização e eficiência no atendimento à população — o INSS, com sua fila interminável, é um grande exemplo disso.

» **Fábio Moreira da Silva**

Belo Horizonte

Pode se repetir

Hitler tornou-se líder da sociedade que mais havia ganhado prêmios Nobel até a década de 1930. Uma sociedade que havia produzido Hegel, Kant, Schopenhauer e tantos outros brilhantes pensadores. Outros “Hitleres” aparecerão? Infelizmente, sim. Se surgiu um tirano seduzindo uma sociedade inteligentíssima, não há nenhum impedimento para seduzir outras sociedades menos aptas intelectualmente. Se não prepararmos a próxima geração para decifrar os quesitos da educação, da liberdade de expressão, do respeito à Constituição, da honestidade, da decência e moralidade, permitiremos que outros psicopatas proponham ideias inumanas para resolver conflitos humanos. Os gemidos de centenas de milhares de crianças judias e de outras minorias mortas nos campos de concentração ainda ecoam pela nossa história. Não basta ler a história e se admirar com as atrocidades cometidas, é preciso ter a pedagogia da indignação, ter ouvidos altruístas para ouvir clamores inaudíveis. Somente a educação altruísta resgata valores éticos e é capaz de batalhar contra a prevalência do instinto humano no tecido social.

» **Renato Mendes Prestes**

Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

PEC da Blindagem: no faroeste da Câmara, o deputado pode ser mocinho, bandido e xerife ao mesmo tempo.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Essa PEC para blindar os nobres deputados é, no mínimo, vergonhosa! Tem que ser declarada inconstitucional já no Senado Federal. Os parlamentares são cidadãos comuns e não podem ficar fora do alcance da Lei!

Washington Luiz Souza Costa — Samambaia

PEC da Blindagem ou PEC da Bandidagem? O povo com cara de paisagem ou sem coragem? Não importa a camuflagem, pois isso é tudo politicagem!

Marcelo Pompom — Riacho Fundo

A Reforma Administrativa é cilada, Brasil. Não fossem os servidores estabilizados, os absurdos que vemos hoje seriam muito piores!

Fabiano Franco — Florianópolis (SC)

Sete anos após o fim do lixão, o veneno ainda escorre pelas raízes da terra e pelas veias da esperança. A água que deveria nutrir, hoje adocece. Não há filtro que purifique o descaso.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

A dimensão de uma sentença

Em um dos períodos mais nefastos da nossa história, canções com letras cifradas conseguiam gritar a dor que as vozes sufocadas pela força bruta não podiam. Com *Apesar de você*, por exemplo, Chico Buarque evidenciava a tirania imposta ao povo pela ditadura militar: “Hoje você é quem manda; falou, tá falado, não tem discussão, não. A minha gente hoje anda falando de lado, e olhando pro chão”.

Na composição *Cartomante*, Ivan Lins e Victor Martins alertavam para os perigos daqueles tempos sombrios: “Nos dias de hoje, não dê motivo, porque, na verdade, eu te quero vivo”. Em *Pesadello*, Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós falavam de resistência ante a truculência: “Você corta um verso, eu escrevo outro; você me prende vivo, eu escapo morto”.

Fiquei comovida ao revisitar as letras desses hinos contra os horrores dos anos de chumbo. Uma viagem que fiz graças ao professor Pasquale Cipro Neto, no programa Estúdio CBN, da sexta-feira passada, um dia depois de a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anunciar a condenação histórica de um ex-presidente da República por atentar contra a nossa democracia.

As músicas que o professor levou ao ar, compostas durante a ditadura, denunciavam a violência e a opressão — três delas são as que reproduzi, em trechos, no começo deste texto. Numa época de total supressão de direitos, os autores, evidentemente, tinham de usar metáforas para driblar a censura.

Esse mergulho me fez refletir. Apesar do sentimento de justiça que tive com o veredito do STF, eu ainda não havia alcançado, de fato, a plena dimensão da decisão

tomada pela Corte. O que quatro dos cinco ministros fizeram nesse histórico 11 de setembro de 2025 foi sentenciar exemplarmente quem tentou trazer de volta ao país um regime atroz, que subjugou todo um povo, durante mais de duas décadas, que reprimiu, torturou, estuprou, assassinou.

Brutalidade que não poupava nem mesmo crianças. A vítima mais jovem da ditadura, Carlos Alexandre, tinha 1 ano e oito meses, em 1974, quando foi agredido com um soco e jogado ao chão por ter chorado quando agentes da repressão invadiram sua casa, em São Paulo, à procura dos seus pais, considerados subversivos.

Levado por militares, o bebê ficou 15 horas em poder deles. Segundo relatos, foi torturado com choques elétricos. Ele nunca se recuperou do trauma. Tomava antidepressivos e antipsicóticos e tinha fobia social. Em 2013, tirou a própria vida.

Perceba o peso da decisão do STF na semana passada. O monumental serviço que a mais alta Corte deste Brasil prestou à nossa história, passada, presente e futura.

Termo com o trecho da quarta música tocada no programa na sexta-feira, impactante já no título: *Aos nossos filhos*. Uma letra, de Ivan Lins, que nos comove profundamente. “Perdoem por tantos perigos, perdoem a falta de abrigo, perdoem a falta de amigos. Os dias eram assim. Perdoem a falta de folhas, perdoem a falta de ar, perdoem a falta de escolha. Os dias eram assim. Quando brotarem as flores, quando crescerem as matas, quando colherem os frutos, digam o gosto pra mim.” Os dias eram assim. Cuidemos para que nunca mais voltem a ser..

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991 58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia Atendimento personalizado para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br